

Promoção da saúde e controle do tabaco: um olhar transatlântico entre Brasil e Portugal

Health promotion and tobacco control: a transatlantic perspective between Brazil and Portugal
Promoción de la salud y control del tabaco: una perspectiva transatlántica entre Brasil y Portugal

*Francisco Lucas de Lima
Fontes¹*

ORCID: 0000-0003-1880-9329

*Ermelinda do Carmo
Valente Caldeira²*

ORCID: 0000-0003-1949-9262

EDITORIAL

A promoção da saúde, um conceito alicerçado na Carta de Ottawa, reconhece que a saúde é influenciada por fatores econômicos, sociais e ambientais, além de práticas individuais. A luta contra o tabagismo se insere nesse contexto como uma das frentes mais desafiadoras, dada a sua relação direta com a carga global de doenças crônicas e mortes evitáveis. A articulação de políticas públicas que engajem múltiplos setores e a sociedade civil tem se mostrado fundamental para lidar com esse problema. Tanto no Brasil quanto em Portugal, a promoção da saúde desempenha um papel crucial ao integrar ações de prevenção e controle do tabaco, refletindo as diretrizes do Modelo de Promoção da Saúde da População do Canadá.

Esse modelo canadense destaca a interseção entre saúde, políticas públicas e ação comunitária, enfatizando a necessidade de ambientes saudáveis e de intervenções estruturais que moldem comportamentos. A influência desse paradigma é evidente em políticas globais, incluindo aquelas adotadas no Brasil e em Portugal. Ele oferece um quadro teórico que orienta governos a criarem estratégias baseadas em evidências e sensíveis às particularidades culturais e sociais. No Brasil, a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) traduz esses princípios em ações concretas, enquanto em Portugal, o Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo reflete uma abordagem normativa progressista, especialmente no que tange ao consumo de tabaco e dispositivos eletrônicos.

Brasil e Portugal possuem histórias e dinâmicas culturais distintas, mas compartilham desafios similares no enfrentamento ao tabagismo. No Brasil, políticas robustas contribuíram para uma redução expressiva da prevalência de fumantes adultos, que passou de 34,8% em 1989 para 12,6% em 2019⁽¹⁾. Essas conquistas são resultado de campanhas educativas, aumento de impostos e criação de ambientes livres de fumo. Já em Portugal, os esforços legislativos, como a Lei do Tabaco (Lei N° 37/2007), limitaram significativamente o fumo em locais públicos e restringiram a publicidade, mas o país ainda enfrenta taxas preocupantes, com 17% da população identificada como fumante em 2019⁽²⁾.

Os dados epidemiológicos reforçam a necessidade de intervenções contínuas. Em Portugal, a prevalência de consumo ao longo da vida aumentou para 51% em 2022, com um crescimento preocupante entre mulheres jovens e adolescentes⁽³⁾. Em 2024, um estudo realizado com estudantes universitários revelou que mais de metade dos participantes (51,6%) declararam ter fumado tabaco em

¹Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil.

²Universidade de Évora. Évora, Portugal.

Autor correspondente:
Francisco Lucas de Lima Fontes
E-mail: lucasfontesenf@ufpi.edu.br

algum momento da vida. Além disso, 32% relataram consumo de tabaco nos 12 meses anteriores ao inquérito, enquanto 23,5% fumaram nos últimos 30 dias⁽⁴⁾. No Brasil, embora as taxas gerais tenham diminuído, populações vulneráveis, especialmente de baixa renda e menor escolaridade, continuam expostas a altos níveis de consumo de tabaco. Esses dados evidenciam a necessidade de políticas que combinem intervenções estruturais com campanhas educativas adaptadas às especificidades locais.

A exposição ao fumo passivo é outro problema significativo. Em Portugal, cerca de 7,7% da população relatou exposição diária ao fumo ambiental do tabaco em 2019⁽²⁾. No Brasil, a implementação de ambientes livres de fumo ajudou a reduzir essa exposição em locais públicos, mas ainda há desafios no ambiente doméstico e em comunidades de baixa renda⁽¹⁾. Crianças e adolescentes são especialmente vulneráveis, sofrendo impactos em sua saúde respiratória e desenvolvimento.

Um desafio emergente são os Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEF), que incluem cigarros eletrônicos e produtos de tabaco aquecido. No Brasil, sua comercialização é proibida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), mas o mercado informal cresce rapidamente, impulsionado por estratégias de marketing que promovem esses dispositivos como menos prejudiciais⁽¹⁾. Em Portugal, embora sua venda seja regulamentada pela Diretiva Europeia 2014/40 sobre Produtos de Tabaco e pela Lei Nº 109/2015, o uso entre jovens é alarmante: em 2019, 4,7% dos adolescentes entre 13 e 18 anos relataram ter usado cigarros eletrônicos nos últimos 30 dias⁽²⁾. Esses números evidenciam a necessidade de campanhas educativas mais incisivas e regulamentações mais rigorosas para conter sua popularização.

Os agravos causados pelo tabagismo são amplamente documentados. Em Portugal, mais de 13.500 mortes anuais são atribuídas ao tabaco, sendo o câncer de pulmão, as doenças cardiovasculares e a doença pulmonar obstrutiva crônica as principais causas⁽²⁾. No Brasil, o impacto econômico e social do tabagismo é imenso, com custos elevados para o sistema de saúde no tratamento de doenças relacionadas ao consumo de tabaco, como infarto e cânceres⁽⁵⁾.

A integração entre diferentes setores é fundamental para enfrentar o tabagismo de forma eficaz. No Brasil, o Programa Saúde na Escola é um exemplo de como saúde e educação podem se unir para promover hábitos saudáveis e prevenir a iniciação ao tabagismo⁽¹⁾. Em Portugal, a articulação entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e organizações comunitárias tem sido essencial na disseminação de informações sobre os riscos associados ao tabaco e aos DEF.

Essa integração intersetorial também reflete a importância de ações conjuntas entre governo, sociedade civil e empresas para abordar os determinantes sociais do tabagismo. Incentivos fiscais para produção sustentável, regulamentação rigorosa e parcerias internacionais são estratégias que podem amplificar os resultados.

Por outro lado, a ascensão de novos produtos de tabaco exige uma revisão contínua das legislações e a adaptação das campanhas educativas. A percepção equivocada de que os DEF são menos prejudiciais do que o tabaco convencional representa um desafio adicional para as políticas de saúde pública em ambos os países.

Brasil e Portugal podem aprender com suas respectivas experiências para enfrentar os desafios emergentes. Enquanto o Brasil destaca-se pela redução expressiva do consumo de cigarros tradicionais, Portugal tem avançado em regulamentações que lidam com novos produtos de tabaco. A troca de experiências entre os dois países pode enriquecer as estratégias de controle do tabaco, promovendo soluções adaptadas aos contextos locais.

O controle do tabaco, seja tradicional ou em formas emergentes, permanece uma prioridade para a saúde pública global. Com base em políticas baseadas em evidências, parcerias intersetoriais e ações educativas inovadoras, Brasil e Portugal podem não apenas enfrentar os desafios do presente, mas também servir como modelos para outras nações que buscam reduzir os impactos devastadores do tabagismo.



Como citar este artigo: Fontes FLL, Caldeira ECV. Promoção da saúde e controle do tabaco: um olhar transatlântico entre Brasil e Portugal [editorial]. Rev Enferm UFPI [internet]. 2025 [acesso em: dia mês abreviado ano];14:e6380. DOI: 10.26694/reufpi.v14i1.6380

AGRADECIMENTOS

O presente estudo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Saúde (BR). Caderno temático do Programa Saúde na Escola: prevenção do uso do tabaco [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde; 2022. 44 p.
2. Nunes E, Gato I. Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo 2020. Portugal. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde. Lisboa: Direção-Geral da Saúde; 2021. 81 p.
3. Balsa C, Vital C, Urbano C. V Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2022: Relatório final. Lisboa: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências; 2022. 278 p.
4. Silva PA (Coord) et al. Saúde e estilos de vida no ensino superior em Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; 2024. 350 p.
5. Instituto Nacional de Câncer (INCA). O tabagismo no Brasil: morte, doença e política de preços e impostos [Internet]. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Câncer; 2021. Disponível em: <https://ninho.inca.gov.br/jspui/bitstream/123456789/15986/1/O%20tabagismo%20no%20Brasil%3a%20morte%2c%20doen%C3%A7a%20e%20pol%C3%ADtica%20de%20pre%C3%A7os%20e%20impostos.pdf>

Conflitos de interesse: Não

Submissão: 2025/01/10

Revisão: 2025/01/11

Aceite: 2025/01/11

Publicação: 2025/01/31

Editor Chefe ou Científico: José Wicto Pereira Borges

Autores mantém os direitos autorais e concedem à Revista de Enfermagem da UFPI o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution BY 4.0 que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.